JOANA MARQUES VIDAL

Maria José Remédios e *Rita Mira*

Maria Joana Raposo Marques Vidal nasceu em Coimbra, a 31 de Dezembro de 1955. Com um notável percurso pautado por valores inabaláveis de defesa da dignidade humana e de promoção da justiça social, Joana Marques Vidal – "Joaninha" para as pessoas mais próximas – é a primeira mulher a liderar a Procuradoria-Geral da República Portuguesa.

Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 1978, fez formação complementar à sua licenciatura, na área do Direito da Família, frequentando o 1.º Curso de Pós-Graduação de Protecção de Menores. No exercício da Magistratura foi a primeira Presidente da Comissão de Protecção de Menores da Comarca de Cascais. Foi, ainda, Procuradora da República Coordenadora do Ministério Público do Tribunal de Família e Menores de Lisboa, de 1994 a 2002.

Foi Directora-adjunta do Centro de Estudos Judiciários, tendo, também no CEJ, exercido funções de docente na área de Família e Menores no Centro de Estudos Judiciários, durante três anos. Participou em diversas Comissões Legislativas no âmbito do Direito da Família e dos Menores, destacando-se a participação como membro da Comissão Legislativa para a redacção da Lei Tutelar Educativa e como membro da comissão que procedeu às alterações de 2003 da Legislação da Adopção.

Em Novembro de 2004, é nomeada auditora jurídica junto do Ministro da República para a Região Autónoma dos Açores e representante do Ministério Público na Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, tendo, com autorização do Conselho Superior do Ministério Público, assegurado a coordenação do Ministério Público na área de Família e Menores naquela região autónoma.

Foi, ainda, Vice-Presidente da Direcção da Associação Portuguesa para o Direito dos Menores e da Família – *Crescer Ser* – e a primeira mulher presidente da Direcção da APAV, de 2007 a 2012.

FACES DE EVA, N.º 34, Edições Colibri / Universidade Nova de Lisboa (2015): 155-158

No domínio sindical, foi Secretária-Geral do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, tendo também presidido à Assembleia Geral e ao Conselho Fiscal do SMMP.

O pioneirismo é, desta forma, um traço marcante do seu percurso de vida.

1. *Sabemos que era chamada de "Joaninha" nos tempos de escola primária, em Moimenta da Beira. Que recordações possui desse tempo?*

Sendo filha de magistrado tive oportunidade de viver em diversas localidades do País, o que determinou que a minha infância e juventude, bem como o meu percurso escolar, tivessem decorrido por terras da Beira Alta, frequentado, sempre, escolas públicas.

2. *Na sua infância e/ou juventude há algum ou alguns acontecimentos que influenciaram a escolha da área do Direito?*

A opção pelo curso de Direito surgiu como natural, para quem claramente preferia "as letras" às "ciências" e considerava não ter vocação para o ensino, numa época em que as saídas profissionais, tradicionais, eram limitadas.

Se as circunstâncias de então se assemelhassem às de hoje, provavelmente, teria seguido a área das ciências sociais.

3. *O percurso académico e profissional do seu pai terá tido influência na sua escolha pelo Curso de Direito e/ou pela escolha da Magistratura? Caso não tenha tido qualquer influência, por que escolheu fazer uma carreira profissional na Magistratura?*

Nunca houve qualquer tentativa de influência familiar, ainda que o mundo dos tribunais, como é claro, fizesse parte do nosso quotidiano, não constituindo, pois, algo de estranho ou de assustador. Pelo contrário, foi-se construindo a ideia de que, "por aí", alguma justiça se poderia alcançar.

4. *O que mais recorda dos tempos da licenciatura? Quando entrou na Faculdade de Direito de Lisboa ainda vigorava o regime do Estado Novo, de que forma sentiu a ditadura, enquanto rapariga/mulher estudante?*

A Faculdade de Direito de Lisboa, especialmente pelas circunstâncias da época aí vivida – entre Outubro de 1973 e Julho de 1978 – foi uma verdadeira Escola de Vida.

Acentuou-se, então, uma visão do mundo respeitadora da diversidade, da diferença de opinião, do debate de ideias e do diálogo, que ao longo dos anos se tinha desenvolvido na continuada vivência em comum

e no contacto com as mais distintas pessoas e classes sociais. E uma recusa intransigente de modelos ditatoriais e autoritários.

5. *Numa análise do seu percurso de vida, não se podendo ignorar que assumiu a presidência da APAV, transparece uma atenção especial à área da Família, das Mulheres e das Crianças. Como interpreta este enfoque?*

A dignidade humana, os direitos das pessoas, principalmente na perspectiva da sua efectiva aplicação, estiveram sempre presentes no núcleo central das minhas preocupações, constituindo-se como o factor determinante das minhas opções e intervenções cívicas, com manifesta influência no meu percurso profissional.

Foram, assim, muito gratificantes todas as experiências de participação cívica que fui desenvolvendo em diversas associações, designadamente a de presidente da APAV, ainda que estas funções só tenham significado enquanto parte de um continuado trabalho de equipa.

6. *Tem uma história pessoal, profissional e cívica que a liga ao apoio às vítimas em Portugal. Como é que este activismo se reflecte, ou se pode reflectir, na sua função de Procuradora-Geral da República?*

O núcleo essencial de referências, de que falei, mantém-se sempre presente, também, nas funções que ora desempenho.

Tanto mais que ao Ministério Público, enquanto magistratura de iniciativa, à Procuradoria-Geral da República, estão constitucionalmente atribuídas especiais competências e deveres de promoção dos direitos fundamentais dos mais vulneráveis, de defesa da legalidade democrática e de promoção da igualdade do cidadão perante a lei.

7. *A mulher, no caso português, só acedeu à Magistratura depois de 1974. Mas, hoje, algumas vozes afirmam que a profissão está feminizada. Contudo, foram necessárias quatro décadas para o lugar de Procurador/a-Geral da República ser entregue a uma mulher. A nomeação duma mulher para ocupar um dos cargos mais elevados na organização do Estado tem/pode ter alguma leitura especial?*

Ser mulher faz parte de mim, da pessoa que sou e tem, necessariamente, reflexo no que faço. Mas não sei até que ponto esse facto será, por si só, determinante. Penso que um homem com as mesmas referências e interesses poderia ter um percurso idêntico.

Existem diversos estudos de investigação científica sobre a influência do género nas decisões dos tribunais. Por exemplo quanto ao crime de violência doméstica e de abuso sexual. E as conclusões não se têm revelado conclusivas.

Enfim, esse é um debate em aberto a exigir uma continuada e aprofundada reflexão.

Efectivamente, actualmente a maioria dos magistrados do Ministério público são mulheres. São cerca de 60%.

A nomeação para PGR, no entanto, estará principalmente relacionada com a evolução da própria sociedade portuguesa. Tanto mais que o cargo de PGR, nos termos da nossa Constituição, poderá ser assumido por qualquer cidadão ou cidadã, não sendo requisito, sequer, a respectiva formação jurídica.

8. *Ao longo do seu percurso profissional e pessoal, sentiu algumas dificuldades/obstáculos pelo facto de ser mulher?*

No meu percurso profissional não me recordo de sentir dificuldades pelo facto de ser mulher.

Mas no meio profissional a que pertenço já fui confrontada com opiniões sobre magistradas eivadas de condescendência e considerações discriminatórias que raramente se utilizam quanto aos homens. A gravidez das magistradas ainda é referenciada, (cada vez mais raramente, é certo), como um problema pessoal prejudicial para o serviço.

E por esse mundo fora, infelizmente, a situação das mulheres fala por si…